

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e
Inadimplência do Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos
Fecomércio SC
Dezembro de 2022

SUMÁRIO

RESUMO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO	10
ANÁLISE NAS CIDADES	12
METODOLOGIA.....	16

RESUMO

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Estado de Santa Catarina (PEIC) aponta para um crescimento contínuo dos percentuais de famílias endividadas e das inadimplentes ao longo de 2022.

O resultado de dezembro é 4,3% superior ao de novembro (62,7%) e com a adição dos 2,7 pontos percentuais (p.p.) na passagem do mês tornou-se o novo pico da série histórica ultrapassando os 63,2% registrado em maio de 2017. Ademais, pelo décimo terceiro mês consecutivo o índice mostrou variação positiva no mês a mês, renovando a maior trajetória de crescimento já constatada na série histórica da pesquisa.

O cenário de 2022 foi claramente oposto ao observado durante quase todo o período da pandemia (2020 e 2021), quando as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. E, por essa razão, na comparação com o mesmo período do ano anterior, o crescimento é bastante expressivo (25,8 p.p.). Em dezembro de 2021, a taxa era de 39,6%.

A escalada do endividamento das famílias é um fenômeno que requer atenção. Entretanto, se deve ressaltar que o nível de endividamento por si próprio não é um mal para a economia, uma vez que consumidores mais seguros de sua situação econômica fazem uso de crédito e compram de forma parcelada. O problema surge quando os endividados não conseguem honrar seus compromissos, passando assim para o grupo dos inadimplentes.

O resultado de dezembro é 6,8% superior ao de novembro (17,4%) e é o maior desde março de 2020 (19,2%), início do período mais crítico da pandemia. Também se deve ressaltar que embora o índice atual ainda esteja longe do pico da série, 23,2% em outubro de 2019, a distância entre os valores é de 4,6 p.p., praticamente, a mesma entre a taxa de inadimplentes de setembro de 2022 (14,1%) e a de dezembro (18,6%).

Nesta toada, o orçamento mais apertado das famílias catarinenses começa a ser notado pelo desempenho das famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso. O resultado de dezembro, 5,8%, é o maior desde maio de 2020 (6,6%) e consolida a quinta variação positiva consecutiva. Antes, entre fevereiro e julho de 2022, o índice tinha apresentado seis variações negativas em sequência.

Na contramão desses movimentos, a parcela de renda comprometida com dívida segue caindo por oito meses consecutivos e, em dezembro, alcançou o nível dos 33,1%. Esse percentual perdeu 4,1 p.p. ao longo do ano de 2022 e,

graficamente, sua trajetória é semelhante ao de uma reta decrescente. Não obstante, o movimento lento e gradual de redução da parte da renda dedicada às dívidas pode ser um indicador de melhora marginal nos rendimentos da população ou, simplesmente, revela o grau de educação financeira do consumidor catarinense.

Taxa de endividamento mantém o ritmo de crescimento

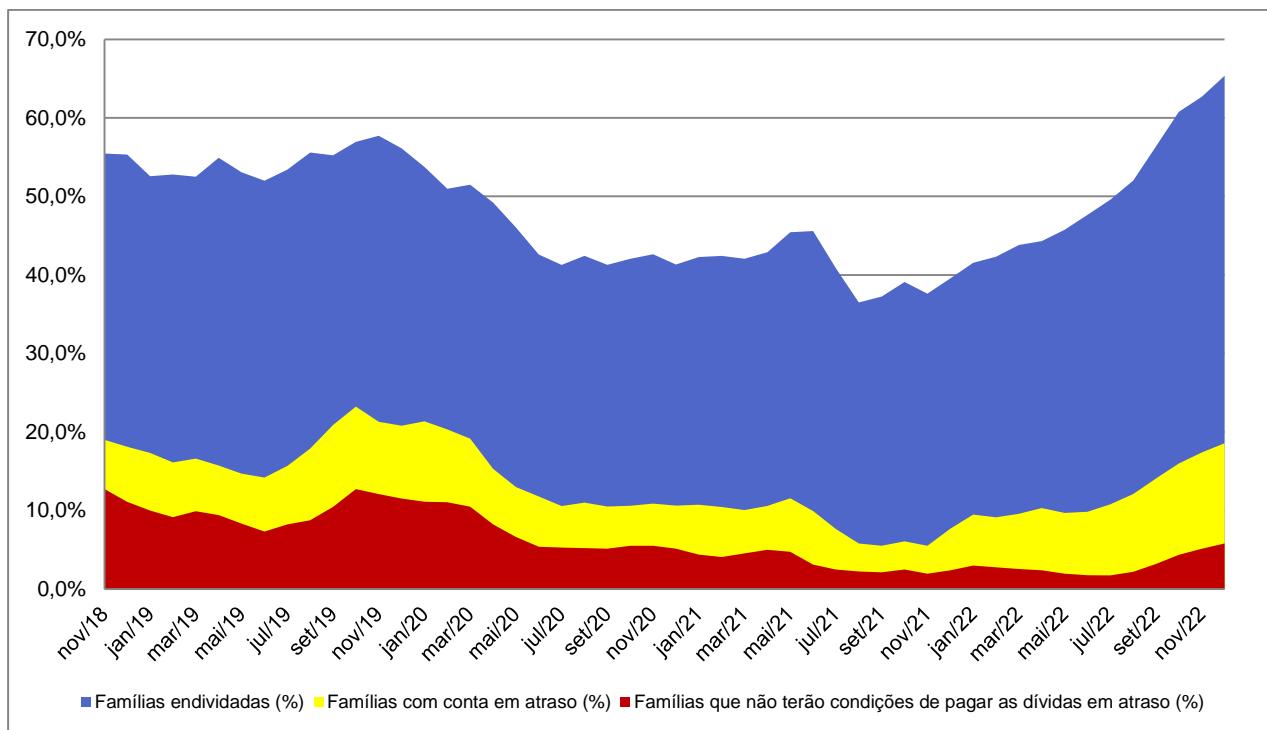
Situação da família	Meses						
	dez/18	dez/19	fev/20	dez/20	dez/21	nov/22	dez/22
Total de endividadas	55,3%	56,1%	51,0%	41,3%	39,6%	62,7%	65,4%
Dívidas ou contas em atraso	18,1%	20,8%	20,3%	10,6%	7,7%	17,4%	18,6%
Não terão condições de pagar	11,1%	11,5%	11,1%	5,2%	2,4%	5,1%	5,8%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

O nível de endividamento das famílias catarinenses cresceu pelo décimo terceiro mês consecutivo em dezembro de 2022, renovando a maior trajetória de crescimento da série histórica, iniciada em janeiro de 2013. O movimento manteve o ritmo acelerado ao crescer 2,7 p.p. e assim atingiu o nível de 65,4% das famílias catarinenses em situação de endividamento. Com o resultado, o valor renovou o maior nível da série histórica que antes era de 63,2%, registrado em maio de 2017.

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, houve a significativa elevação de 25,8 p.p. Naquele momento, a taxa tinha alcançado o nível de 39,6%, valor abaixo da média observada no ano de 2021 (41,0%) e relativamente próximo ao menor da série histórica (36,5%).

Síntese dos resultados desde 2018



Os resultados apontam para um realinhamento dos níveis das taxas em direção aos observados no período pré-pandemia, inflexionando assim o panorama das famílias endividadas no Estado. Convém lembrar que entre 2020 e 2021, devido à cautela e a insegurança em relação ao cenário futuro, as famílias catarinenses reduziram o nível de endividamento a mínimas históricas. Por isso, o efeito precaução adotado pelas famílias, que por consequência, diminui o consumo de bens e serviços, reduziu a taxa média de endividamento anual para 45,42% e 40,96%, respectivamente, valores nitidamente menores que os de períodos anteriores: 53,03% (2013); 55,23% (2014); 57,74 (2015); 58,37% (2016); 58,65% (2017); 55,17% (2018); 54,40% (2019). Já em 2022, a taxa média de endividamento atingiu a marca de 51,0% e confirmou o movimento de aproximação dos valores encontrados em anos anteriores.

Em relação às faixas de renda o comportamento é distinto quanto ao patamar, mas à trajetória de endividados é similar. A taxa de endividamento para as famílias com até 10 salários mínimos (SM) cresceu pelo décimo terceiro mês seguido, passando de 66,8% em novembro para 69,3% em dezembro, alta de 2,5 p.p. Já as famílias com renda acima de 10 SM, apresentaram elevação pelo quarto mês sucessivo, ao crescer 3,3 p.p, saindo de 49,7% para 53,0%. Ordinariamente, observa-se que as famílias com menor renda têm patamar de endividamento maior e movimento de elevação mais consistente que o grupo de maior renda.

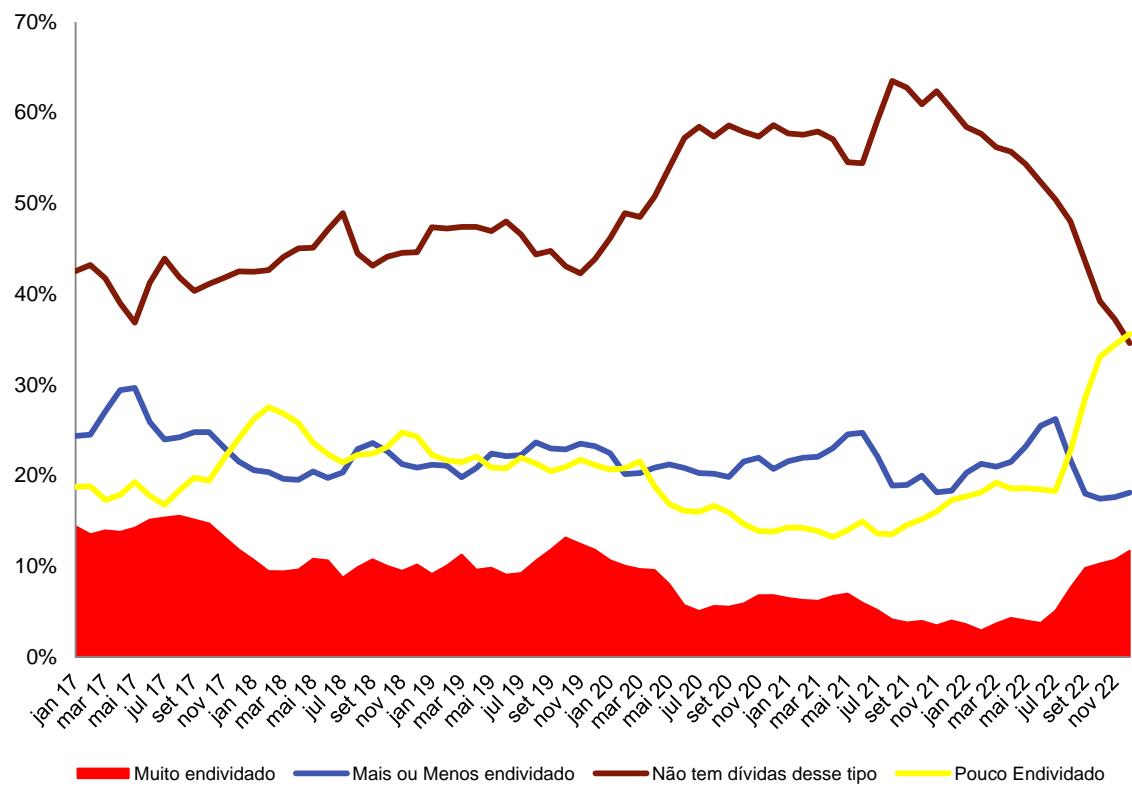
No âmbito da inadimplência, a trajetória de crescimento é menor que a taxa de endividamento e alcança o sétimo mês seguido, alta de 1,2 p.p. frente ao mês anterior. Em dezembro, a inadimplência das famílias catarinenses ficou em 18,6%, resultado superior aos do mesmo mês dos anos 2021 (7,7%) e de 2020 (10,6%), porém, inferior as de 2019 (20,8%) e 2018 (18,1%).

O resultado também é similar para os grupos de renda, apesar das famílias com renda maior terem menor índice, 11,4%, enquanto para a renda menor a taxa é de 20,4%. Na passagem do mês, o grupo de maior renda apresentou uma redução de 0,2 p.p., enquanto a classe de menor renda mostrou crescimento de 1,7 p.p.

Com o resultado é possível inferir uma tendência de crescimento na inadimplência, principalmente, pelo desempenho similar das famílias que não terão condições de pagar as dívidas, o qual vem se elevando por cinco meses seguidos. Em dezembro, houve alta de 0,7 p.p e o percentual de famílias que não terão condições de pagar as dívidas em atraso situou-se em 5,8%. O que pode ser preocupante é a heterogeneidade desse crescimento que sofre maior pressão de aumento na faixa de rendimento mais baixa (7,1%), ao mesmo tempo que no segmento de renda mais alto a influência é menor (2,5%).

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las.

Percepção do nível de endividamento



No mês, o grupo de famílias “muito endividadas” cresceu pelo sexto mês consecutivo, alta de 1,0 p.p. na passagem do mês, e atingiu 11,7% dentre os endividados. Com esse movimento de elevação o resultado mantém-se acima do valor do início da pandemia no Estado, 10,0% em fevereiro de 2020, tornando-se inclusive, o maior índice desde então. Ainda que seja uma alta, o registro é inferior na comparação com dezembro de 2019, quando o índice estava em 11,8%.

Percepção do nível de endividamento						
Categoria	Dez/19	fev/20	Dez/20	Dez/21	Nov/22	Dez/22
Muito endividado (%)	11,8%	10,0%	6,8%	4,0%	10,7%	11,7%
Mais ou menos endividado (%)	23,2%	20,1%	20,7%	18,3%	17,6%	18,1%
Pouco endividado (%)	21,1%	20,8%	13,8%	17,3%	34,4%	35,6%
Não tem dívidas desse tipo (%)	43,9%	48,9%	58,6%	60,4%	37,2%	34,6%
Não sabe (%)	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,1%	0,1%

O grupo de famílias “pouco endividada” cresceu 1,2 p.p. frente ao mês anterior e atingiu 35,6%. O resultado tornou-se o pico da série histórica e deve ser visto com cautela, pois, se mais famílias estão assumindo obrigações futuras, porém, sem o comprometimento de percentual elevado de suas próprias rendas, isso pode, simplesmente, demonstrar maior de educação no trato de suas finanças pessoais.

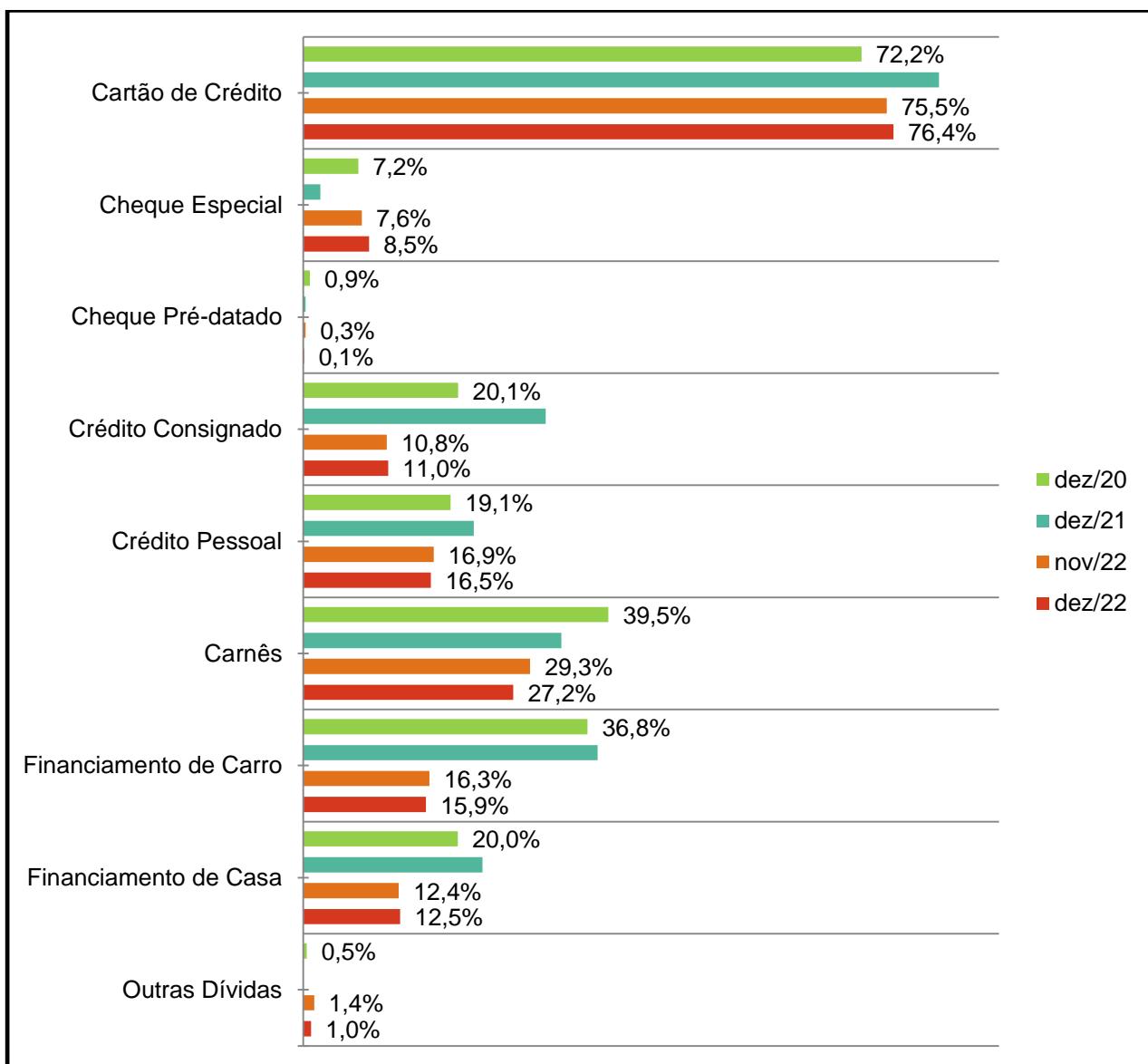
Por outro lado, a quantidade de respostas para o grupo “mais ou menos endividadas” subiu 0,5 p.p. na passagem de novembro para dezembro e alcançou os 18,1%. Em conjunto, os indicadores da percepção do nível de endividamento indica que o consumidor catarinense está se endividando pouco, mostrando assim, certa cautela com o crédito mais caro.

Dentre os tipos de dívidas dos catarinenses, observa-se que a modalidade do cartão de crédito permanece sendo a principal, atingindo 76,4% dos endividados em dezembro. Na passagem do mês, houve elevação de 0,9 p.p., porém, esta variação positiva encerrou um processo de queda que vinha sendo observado desde quando o percentual atingiu o pico da série histórica em maio de 2022 (90,4%). Na comparação com os anos anteriores o resultado só é inferior ao de dezembro de 2021 (82,3%), sendo, portanto, superior aos de 2020 (72,2%), 2019 (69,2%) e de 2018 (64,0%). Interessante notar que os desempenhos do índice nos meses de dezembro é crescente ao longo dos anos, o que corrobora a tese de maior tendência ao uso do cartão de crédito após boa parte do varejo oferecer também este serviço. Ainda reforça, o comportamento da taxa média anual: 2022 (83,7%); 2021 (77,2%); 2020 (71,9%); 2019 (69,9%).

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito é o principal tipo de dívida para ambos. As faixas de renda apresentam comportamentos distintos e

também estão em valores elevados em relação à série histórica. Por um lado, entre as famílias com renda até 10 salários mínimos, o uso do cartão avançou 1,3 p.p. e alcançou o nível de 75,7%. Por outro lado, entre as famílias com renda superior a 10 salários mínimos houve uma contração de 1,0 p.p. e registrou o patamar de 77,0% em dezembro.

Tipo de dívidas



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Ainda, o uso dos carnês ganhou espaço nos últimos anos e, em 2022, alcançou o segundo lugar dentre as modalidades de dívidas, superando o financiamento de carros, em vários meses. Em dezembro, houve redução de 2,1 p.p., mas com 27,2%, o resultado não alterou o cenário. Entretanto, a análise

revela que embora os carnês estejam, de fato, sendo mais utilizados, o retorno de seu prestígio relativo frente a outras formas de crediário tem basicamente duas razões. Uma está relacionada a custos, pois com a política de juros altos para combater a inflação os custos financeiros para tomar empréstimos é altíssimo, inibindo com isso compras de maior valor como o financiamento de veículos, por exemplo. A outra está relacionada a facilidade de acesso a este crédito disponibilizado diretamente pelo varejo, em geral. Assim, a partir do conjunto dos dados analisados, há indícios de que, pelo menos em parte, o carnê tem atuado como uma importante fonte de recursos para as compras de itens de maior necessidade com pagamentos realizados no espaço de até três meses. Em termos de médias anuais, ao longo de 2022, o percentual médio de consumidores realizando compras parceladas por meio de carnê foi de 32,7% e, em contraste, com os valores de anos anteriores mostram uma tendência decrescente: 2021 (35,7%), 2020 (40,8%) e 2019 (45,0%).

Em dezembro, o crédito pessoal recuou 0,4 p.p. e atingiu o nível dos 16,5%, sendo com isso, a terceira entre as modalidades mais procuradas. A média anual de consumidores que recorreram ao crédito pessoal em 2022 foi de 14,7%. Em comparação com as médias de anos anteriores, confirma-se a tendência de queda no uso do crédito pessoal: 19,4% em 2019, 20,0% em 2020 e 19,4% em 2021.

O crédito consignado, por sua vez, avançou 0,2 p.p. e alcançou o patamar dos 11,0%, sendo a sexta forma de financiamento mais procurada. Em termos de médias anuais, a de 2022 foi 16,7%, superior apenas a de 2019 (14,0%) nos últimos anos (2021: 23,2%; 2020: 18,3%).

Fechando a tríade do crédito emergencial, o cheque especial aumentou sua participação em 0,9 p.p. e atingiu o percentual de 8,5% em dezembro. Em termos de ranking, o cheque especial ocupa o sétimo lugar, o último dentre as modalidades mais procuradas. A comparação das médias anuais indica um claro declínio no uso do cheque especial ao longo dos últimos anos: 10,0% em 2019, 6,2% em 2020, 4,6% em 2021 e 3,5% em 2022. O desempenho conjunto das três modalidades de crédito associadas a situações emergenciais refletem o elevado custo de aquisição do crédito no País e ao comportamento precaucional dos consumidores frente às incertezas relacionadas à pandemia e ao processo de geração de renda.

Adentrando nos financiamentos de longo prazo, percebe-se que, em dezembro, o financiamento de carro continua seu movimento de queda iniciado em maio de 2022. Na passagem do mês, o percentual reduziu-se 0,4 p.p. e ficou no patamar dos 15,9%, ocupando com isso a quarta colocação. Em relação às médias anuais, pode-se observar um movimento de elevação da participação nos últimos anos (26,1% em 2019, 33,1% em 2020 e 40,3% em 2021), ao mesmo tempo em que há significativa contração na média de 2022 (32,1%).

O financiamento de casas também seguiu caindo ao longo de 2022. Em dezembro de 2021, 23,2% dos endividados possuíam dívidas relacionadas ao

pagamento da casa própria, já em dezembro de 2022, o percentual era de 12,5%. A média anual de consumidores com financiamento de imóveis em 2022 foi de 15,6%, a menor dos últimos anos (2021: 22,9%; 2020: 18,1%; 2019: 19,0%). Importante ressaltar que essas dívidas de longo prazo são muito impactadas por elevações na taxa básica de juros e pelo desempenho da inflação oficial. Além disso, via de regra, são negócios de difícil distrato e por isso, provavelmente, a comercialização de tais bens deve estar em níveis baixos para o público em geral, embora, também possa apresentar alguns nichos de mercado com bastante dinamismo.

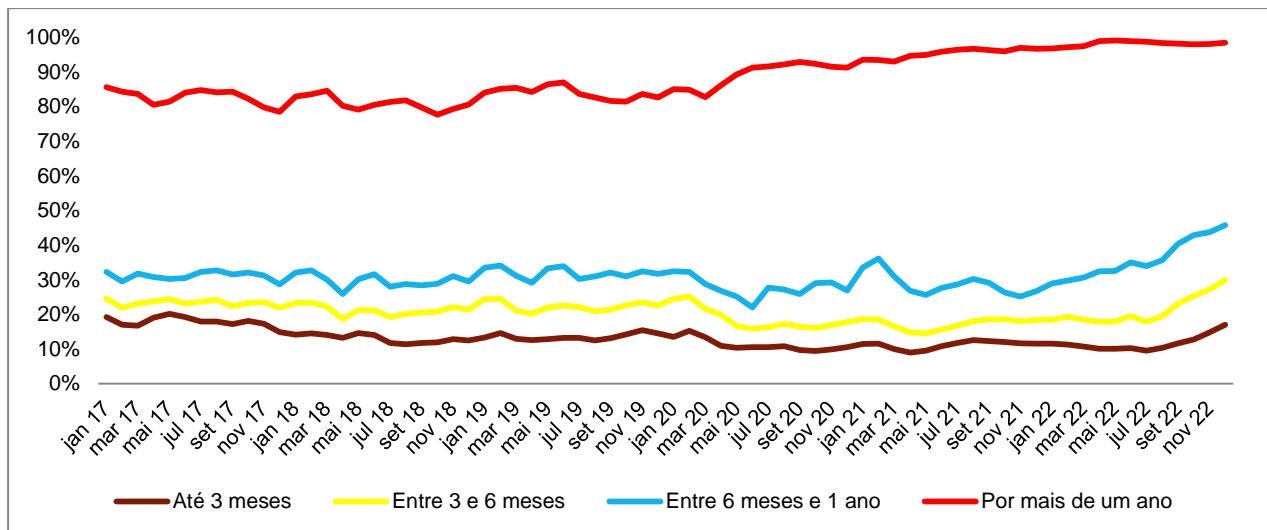
O tempo médio de comprometimento com a dívida em meses permanece no patamar do período pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se em 8,7 meses, em dezembro. Porém, o resultado é 0,3 p.p. menor do que o do mês anterior. Em termos de médias anuais, o tempo médio de comprometimento em 2022, 9,6, também sugere certa estabilidade do indicador tendo em vista que elas sempre estiveram entre 9 e 10 meses, o que reforça ainda mais esse aspecto do padrão de comportamento do consumidor catarinense (2019: 9,2; 2020: 9,7; e 2021: 9,9).

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	nov/22			dez/22		
	total	até 10sm	mais de 10sm	total	até 10sm	mais de 10sm
até 3 meses	14,7%	11,8%	25,0%	17,0%	13,2%	29,5%
entre 3 e 6 meses	12,4%	10,9%	16,4%	12,9%	11,4%	16,6%
entre 6 meses e 1 ano	16,6%	16,7%	16,8%	15,8%	16,7%	13,9%
por mais de um ano	54,4%	58,4%	41,0%	52,7%	56,8%	40,0%
Não sabe / Não respondeu	1,8%	2,1%	0,7%	1,5%	2,0%	0,0%
Tempo médio em meses	9,0	9,4	7,6	8,7	9,2	7,2

O comprometimento acima de 1 ano reduziu pelo quinto mês seguido, queda de 1,7 p.p. diante do mês anterior. Em novembro de 2021, o índice atingiu o maior nível da série histórica (71,9%), mas desde então, o índice tem caído, praticamente, de modo contínuo. Assim, em dezembro de 2022, esse grupo atingiu 52,7% dos entrevistados, o menor valor desde janeiro de 2020 (52,6%). Segue o mesmo movimento de queda, o grupo de dívidas entre 6 meses e 1 ano com 15,8% em dezembro.

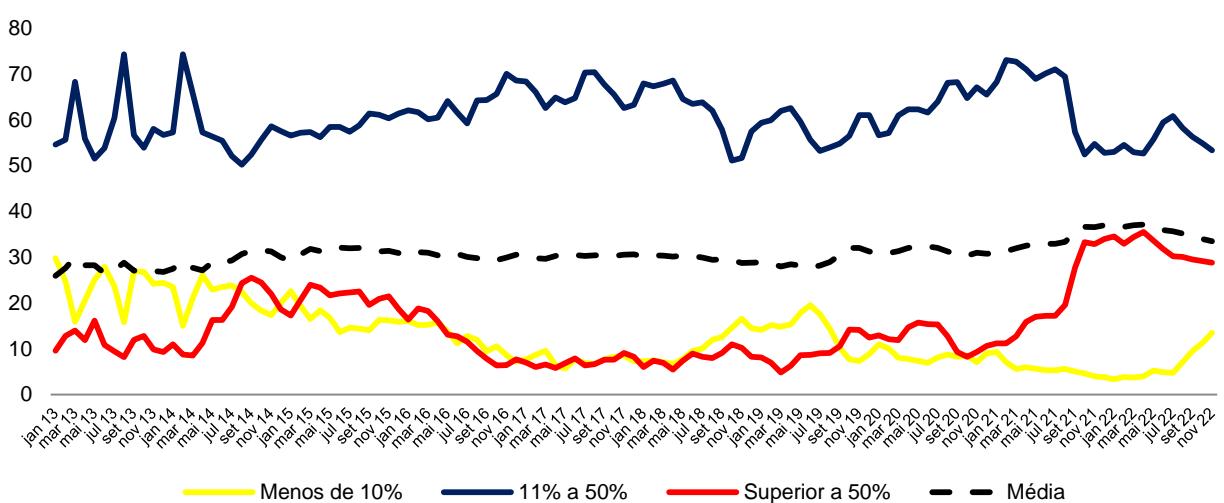
Na contramão, aparecem os agrupamento de até 3 meses e de entre 3 meses e 6 meses, os quais ampliaram as participações com 2,3 p.p. e 0,5 p.p. atingindo os níveis de 17,0% e 12,9%, respectivamente.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)



O comprometimento da renda com a dívida mantém trajetória de redução, ao cair 0,4 p.p. na passagem do mês, oitava queda consecutiva, e atingir o nível de 33,1%. Embora o desempenho seja de queda e o índice seja o menor desde janeiro de 2021, a taxa segue em patamar superior ao observado nos meses que antecederam a pandemia, janeiro (30,8%) e fevereiro (30,9%) de 2020. Na comparação com as médias anuais, os 35,5% registrados em 2022 é o mais elevado dos últimos anos (2021: 33,7%; 2020: 31,3%; e 2019: 22,3%).

Parcela de Renda comprometida com dívida (%)



Além disso, o comprometimento de renda acima de 50% segue em níveis elevados, embora tenha apresentado trajetória de redução durante sete meses

consecutivos em 2022. Todavia, na passagem de novembro para dezembro houve aumento de 0,4 p.p., alcançando 29,2% dos entrevistados. Em relação a dezembro de 2021, o resultado é 4,8 p.p. menor. Em relação as médias anuais, a de 2022 desponta como a maior dos últimos anos e supera, de maneira muito intensa, as médias dos anos anteriores (2021: 20,8%; 2020: 12,3% e; 2019: 9,4%).

Por fim, a maioria dos endividados, 51,0%, indicaram que o comprometimento da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, uma queda de 2,3 p.p. em comparação a novembro. Ao longo de 2022, este percentual oscilou entre 51,0% e 60,8%.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, fechou 2022 em movimento de alta, ao avançar 1,2 p.p. na passagem de novembro para dezembro. Desta forma, 18,6% das famílias endividadas encontram-se inadimplentes. Na comparação com dezembro de 2021 (7,7%) e com o de 2020 (10,6%), há elevação de 10,9 p.p. e 8,0 p.p., respectivamente. Por outro lado, o resultado é inferior em 2,2 p.p. ao de dezembro de 2019 (20,8%).

Em termos de médias anuais, a comparação indica que pese o movimento ascendente da taxa, o percentual de inadimplentes em 2022, 12,3%, é superior apenas a de 2021 (8,5%), mas inferior a dos demais anos da série histórica: 2020 (13,8%); 2019 (17,9%); 2018 (18,9%) e; 2017 (20,3%).

A análise mais acurada dos dados relativos às famílias com contas em atraso, mostra que apenas 5,8% dessas não tiveram condições de arcar com seus compromissos em dezembro. No que pese este ser o quinto movimento de alta seguido, 0,7 p.p., na passagem mês a mês, o nível ainda é considerado baixo e próximo ao registrado em maio de 2021 (4,8%) quando o índice iniciou uma queda que o levou as mínimas históricas.

Importante destacar que dentre os endividados, boa parte deles indicam que terão condições de pagar parcialmente suas dívidas (38,8%). O restante do grupo, divide-se entre os que pagarão totalmente a dívida (28,5%) e os que não terão condições de pagar (31,3%). Situação bastante similar a observada entre os que possuem menor renda, dos quais 41,0% disseram ter condições de pagar parcialmente as dívidas. Entretanto, entre os de maior rendimento a situação é diferente, 46,8% afirmam que terão condições de pagar totalmente suas dívidas, 31,1% pagarão em parte e 22,1% não terão condições de pagar.

Tudo isso indica que a inadimplência no estado de Santa Catarina ainda não se encontra em nível preocupante. Não obstante, deve-se ressaltar que, em janeiro de 2022, o índice de inadimplência se encontrava no patamar dos 9,5% e fechou dezembro na casa dos 18,6%, o que revela uma alta acumulada de 9,1 p.p., quase o dobro do valor inicial.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	nov/22			dez/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	26,7%	23,5%	34,5%	28,5%	22,7%	46,8%
sim, em parte	42,0%	43,8%	38,7%	38,8%	41,0%	31,1%
não terá condições de pagar	29,6%	30,5%	26,8%	31,3%	34,6%	22,1%
não sabe	1,7%	2,1%	0,0%	1,4%	1,7%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	5,1%	5,7%	3,1%	5,8%	7,1%	2,5%

Quanto ao tempo de pagamento em atraso, em dezembro, a média do mês foi de 53,0 dias, 1,6 p.p. superior a do mês anterior. Esse resultado também é maior do que o observado em dezembro de 2021 (52,3), mas inferior ao de 2020 (60,1) e ao de 2019 (69,4), na comparação com iguais meses dos anos anteriores. Já em termos de médias anuais, a média de 2022, 49,5, é bem abaixo das médias anuais anteriores (2021: 54,9; 2020: 63,0; e 2019: 66,2). A dinâmica entre as faixas de renda são bastante próximas, as maiores participações são de “até 30 dias” e “acima de 90 dias” tanto para os consumidores com renda de até 10 salários mínimos (36,4% e 33,7%), quanto para os com renda superior (47,8% e 35,0%). Ademais, o tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas de maior rendimento (48,6 dias), enquanto, para as faixas de menor rendimento o tempo médio situa-se em 53,7 dias.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	nov/22			dez/22		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	39,2%	37,0%	46,9%	38,4%	36,4%	47,8%
de 30 a 90 dias	29,0%	32,7%	19,6%	26,0%	29,9%	13,9%
acima de 90 dias	30,4%	30,3%	29,4%	34,5%	33,7%	35,0%
Não sabe / Não respondeu	1,4%	0,0%	4,2%	1,0%	0,0%	3,2%
Tempo médio em dias	51,4	52,5	47,2	53,0	53,7	48,6

ANÁLISE NAS CIDADES

Em dezembro, a trajetória de crescimento na quantidade de famílias endividadas e inadimplentes manteve-se firme na maioria das cidades pesquisadas. Em relação ao endividamento, apenas na capital houve recuo na taxa (-0,9 p.p.). Por outro lado, a principal alta na taxa de endividamento diante do mês anterior, variação de 5,4 p.p., foi notada em Chapecó, onde o nível de endividados também é o maior (72,0%). Já, Joinville é a cidade que apresentou a menor taxa de endividamento 62,8%.

Situação das Famílias	dez/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas (%)	65,8%	72,0%	62,8%	65,0%
Dívidas ou contas em atraso (%)	14,6%	21,3%	16,6%	23,2%
Não terão condições de pagar (%)	4,9%	6,4%	4,6%	7,9%

No quesito inadimplência, todas as cidades apresentaram variação positiva, com exceção de Chapecó que registrou um decréscimo de 0,7 p.p. no índice e atingiu a marca dos 21,3%. Em movimento contrário, a maior expansão da inadimplência foi computada em Florianópolis, aumento de 1,7 p.p., o qual gerou o maior nível da taxa, 23,2%, em dezembro. Na ponta oposta do ranking, a cidade com menor patamar de inadimplentes é Blumenau com 14,6%.

Em relação as condições de pagamento da dívida, Florianópolis e Chapecó apresentam as maiores taxas de consumidores que não terão condições de pagar, 7,9% e 6,4%, respectivamente, o que representa, na mesma ordem, uma variação de 0,8 p.p. e de -0,2 p.p. Já Joinville é a cidade com o menor percentual de consumidores que não terão condições de pagar em dezembro, 4,6%.

No que tange a percepção de endividamento, o grupo de famílias muito endividadas, situação que representa um risco para a elevação da inadimplência, segue um cenário indefinido em dezembro. Joinville mantém-se com baixo percentual de famílias apontando essa situação, 8,2%. Por outro lado, Blumenau apresentou forte elevação, 4,5 p.p., e adentrou no nível dos 14,0%. E, como anteriormente, Chapecó e Florianópolis continuam a puxar a média estadual para cima, ao mostrarem 15,5% e 12,0%, em sequência.

O cenário também é irresoluto em relação às taxas de “pouco endividado”. Chapecó e Joinville se expandiram em 3,2 p.p. alcançando o nível de 37,8% e de 36,3%, respectivamente. Por outro lado, em Blumenau e em Florianópolis houve queda de 1,0 p.p. e de 0,3 p.p., gerando índices de 33,7% e de 35,4%, em sequência.

Não obstante, no que tange o percentual de consumidores que “não tem dívidas desse tipo” o quadro indica a possibilidade de aceleração do endividamento. Blumenau, Chapecó e Joinville apresentaram reduções de -4,4

p.p., de -5,4 p.p. e de -3,5 p.p., obtendo assim taxas de 34,2%, de 27,4% e de 37,2%, respectivamente. A exceção a este movimento ocorreu na capital, onde a percentagem dos que “não tem dívidas desse tipo” aumentou 0,9 p.p. e atingiu os 35,0%.

Nível de endividamento	Nov/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas (%)	14,0%	15,5%	8,2%	12,0%
Mais ou menos endividado (%)	18,2%	18,7%	18,2%	17,6%
Pouco endividado (%)	33,7%	37,8%	36,3%	35,4%
Não tem dívidas desse tipo (%)	34,2%	27,4%	37,2%	35,0%
Não sabe (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu (%)	0,0%	0,6%	0,0%	0,0%
Total de famílias endividadas (%)	65,8%	72,0%	62,8%	65,0%

Em relação aos tipos de dívida, as cidades analisadas apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual.

Apesar de ser a principal dívida, houve queda diante do mês anterior na cidade de Blumenau, -3,9 p.p., e aumento em Chapecó (4,3 p.p.), em Florianópolis (3,0 p.p.) e em Joinville (1,3 p.p.). Assim, em dezembro, o percentual de famílias com dívidas no cartão de crédito era de 65,9% em Blumenau, de 82,5% em Chapecó, de 78,9% na capital e de 79,5% em Joinville.

Ao longo de 2022, os carnês consolidaram-se em segundo lugar como tipo de dívida no estado. Entretanto, em dezembro, nas cidades pesquisadas só houve expansão do seu uso em Blumenau, 1,6 p.p., que atingiu o percentual de 22,6%. Em contrapartida, a maior queda, -9,3 p.p., ocorreu em Chapecó que alcançou 28,7%. Já o nível mais elevado de participação dos carnês foi registrado em Florianópolis, 29,5%.

As chamadas “dívidas emergenciais”, que se referem ao crédito consignado, ao crédito pessoal e ao cheque especial, apresentam comportamentos distintos nas cidades. De um lado, em Blumenau, as três modalidades aumentaram suas participações em dezembro, o crédito consignado em 1,8 p.p., o crédito pessoal em 1,4 p.p. e cheque especial em 1,1 p.p. Por outro lado, em Chapecó, houve contração nas mesmas três categorias: -1,5 p.p., -7,5 p.p. e -0,1 p.p. E movimentos ambíguos foram observados em Joinville e em Florianópolis. Na cidade dos príncipes, onde o consignado caiu -2,5 p.p., enquanto o crédito pessoal e o cheque especial cresceram 3,2 p.p. e 0,9 p.p. Na capital, quem cresceu foi o consignado, 2,7 p.p., ao passo que os demais caíram -0,2 p.p. e -1,4 p.p., respectivamente. Como, basicamente, essas formas de crédito são usada para a recomposição de renda em períodos emergenciais e possuem um custo bastante elevado, os resultados indicam que

boa parte do movimento de endividamento pode estar associado a heterogeneidade da economia catarinense.

O financiamento de carro também mostrou variações ambíguas nas cidades, o que possivelmente é reflexo direto da política monetária contracionista de juros altos para combater a inflação. E, algo semelhante pode ser dito em relação ao financiamento de casa. Em Blumenau e em Florianópolis, o financiamento de carro caiu -1,9 p.p. e -3,9 p.p., e o de casa subiu 0,9 p.p. e 1,6 p.p., na sequência. Em Chapecó e em Joinville o movimento foi inverso, houve crescimento no crédito veicular de 6,4 p.p. e de 1,1 p.p., ao mesmo tempo em que se contraiu o crédito imobiliário, -0,8 p.p. e -1,2 p.p., respectivamente.

Tipo de dívida	dez/22			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito (%)	65,9%	82,5%	79,5%	78,9%
Cheque especial (%)	10,7%	2,3%	9,7%	8,0%
Cheque pré-datado (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,4%
Crédito consignado (%)	11,4%	8,7%	11,5%	11,1%
Crédito pessoal (%)	21,4%	14,7%	16,1%	13,6%
Carnês (%)	22,6%	28,7%	27,9%	29,5%
Financiamento de carro (%)	16,1%	24,4%	17,3%	10,4%
Financiamento de casa (%)	13,1%	16,8%	10,6%	12,5%
Outras dívidas (%)	0,5%	0,8%	1,5%	1,0%
Não sabe (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas, o resultado deste mês é similar para os municípios pesquisados, exceto para Florianópolis. As respostas preponderantes dos entrevistados são “dívidas por mais de um ano”, concentrando entre 55,2% e 61,9% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que em Florianópolis a resposta dominante também é “dívidas por mais de um ano” (39,6%), todavia, a capital diverge das demais cidades ao apresentar uma distribuição mais homogênea das dívidas, situação que se repete em vários períodos ao longo da série histórica, mas não chega a constituir uma sazonalidade. Além disso, importante destacar que na capital também pesa a participação das dívidas mais curtas, “até 3 meses” com 28,3%, enquanto as menos frequentes são as “entre 6 meses e 1 ano” com 14,0%. Situação semelhante ocorre em Chapecó, porém, com magnitude muito distinta: 18,9% e 7,1%, respectivamente. Já em termos gerais, nas cidades interioranas, o tempo médio de comprometimento permaneceu com leve tendência de redução nos últimos meses, e agora situa-se entre 9,0 e 9,5 meses, bastante próximo da média estadual dos últimos anos

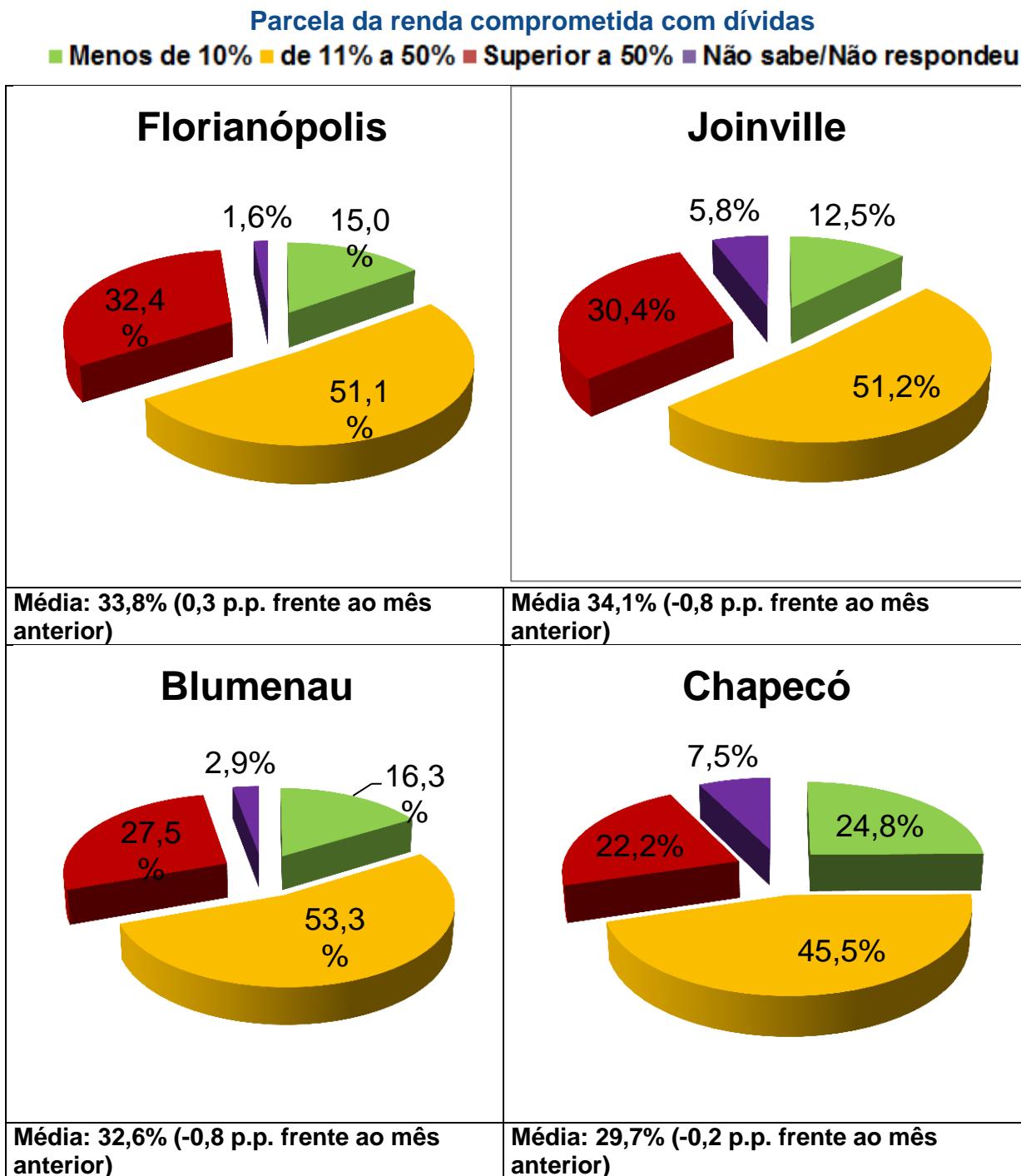
(9,6 meses). Na capital, o mesmo indicador é de 7,3 meses, em conformidade com os registros históricos que orbitam entre 6 e 8 meses.

dez/22				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses (%)	10,9%	18,9%	10,9%	28,3%
Entre 3 e 6 meses (%)	14,1%	10,5%	9,5%	17,0%
Entre 6 meses e 1 ano (%)	19,2%	7,1%	18,2%	14,0%
Por mais de um ano (%)	55,2%	61,9%	58,7%	39,6%
Não sabe / Não respondeu (%)	0,5%	1,5%	2,7%	1,0%
Tempo médio em meses	9,2	9,0	9,5	7,3

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência, sobretudo, quanto à média de dias de atraso no pagamento das contas, demonstra movimentos semelhantes por cidade com exceção de Florianópolis. Em dezembro, na capital reduziu-se, ligeiramente, o tempo médio de atraso em -0,1 p.p. e atingiu a marca dos 60,2 dias, ao mesmo tempo em que as demais cidades pesquisadas apresentaram elevação desse indicador, com destaque para Blumenau que avançou 4,7 p.p. e alcançou os 48,8 dias. Nesta toada, é característico a proximidade do índice entre as cidades interioranas e o distanciamento do da capital. Ainda cabe ressaltar que enquanto há o predomínio atrasos “até 30 dias” em Blumenau (43,8%), em Chapecó (44,4%) e em Joinville (39,4%), em Florianópolis domina o atraso “acima de 90 dias” (45,9%).

dez/22				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias (%)	43,8%	44,4%	39,4%	30,1%
De 30 a 90 dias (%)	24,3%	16,6%	32,6%	24,0%
Acima de 90 dias (%)	29,4%	35,8%	28,0%	45,9%
Não sabe / Não respondeu (%)	2,5%	3,2%	0,0%	0,0%
Tempo médio em dias	48,8	50,5	50,7	60,2

O comprometimento da parcela de renda variou negativamente nas cidades pesquisadas, com quedas entre 0,2 p.p. e 0,8 p.p.. Resultado diferente somente na capital, onde a taxa subiu 0,3 p.p. na passagem do mês. A cidade de Joinville apresenta a maior média de comprometimento da renda com dívida dentre as cidades pesquisadas, ao atingir 34,1%. Ainda se observa o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas quatro cidades. Já o comprometimento superior a 50% da renda é maior em Florianópolis (32,4%).



METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior

a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d” (erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras freqüências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.